

CENTRO UNIVERSITÁRIO FLORENCE

CURSO DE DIREITO

Wildon Serejo da Cunha

VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: Fatores determinantes e tratamento jurídico.

SÃO LUÍS

2025

Wildon Serejo da Cunha

VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: Fatores determinantes e tratamento jurídico.

Artigo apresentado à Coordenação do Curso de Direito como pré-requisito para obtenção de título de Bacharel em Direito do Centro Universitário Florence.
Orientadora: Professora Patrícia Lima Coimbra da Silva.:

SÃO LUÍS

2025

C972v

Cunha, Wildon Serejo da.

Violência contra professores nas escolas brasileiras: Fatores determinantes e tratamento jurídico / Wildon Serejo da Cunha - São Luís: Centro Universitário Florence, 2025.

30 f.;

Orientadora: Patrícia Lima Coimbra da Silva.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) (Graduação em Direito) - Centro Universitário Florence, 2025.

VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS: Fatores determinantes e tratamento jurídico.

RESUMO: No Brasil, a violência contra professores nas escolas tem se tornado um problema cada vez maior, com um impacto considerável tanto na vida dos educadores quanto na educação como um todo. Este estudo examina algumas das causas e consequências ligadas a essa forma de agressão. A violência contra professores surge de uma série de fatores, incluindo aspectos pessoais, familiares, sociais e da própria escola. Além da falta de valorização e do pouco reconhecimento da profissão, há também pouco amparo por parte das instituições. Entre os fatores que contribuem para essa situação, estão famílias problemáticas dos agressores e vários problemas sociais. Os professores que passam por essas experiências podem sofrer tanto física quanto emocionalmente, o que pode afetar seu trabalho. Isso também prejudica o ambiente escolar, gerando um clima ruim que pode afetar a qualidade do ensino e a permanência dos professores. Para lidar com esse problema, é crucial implementar ações preventivas e soluções eficazes. É necessário criar escolas seguras e acolhedoras, fortalecer o apoio das instituições aos professores e valorizar a carreira. Além disso, é fundamental criar laços com a comunidade e investir em estudos que abordem as áreas pouco exploradas nesse cenário.

ABSTRACT: In Brazil, violence against teachers in schools has become an increasingly significant problem, with a considerable impact on both the lives of educators and education as a whole. This study examines some of the causes and consequences linked to this form of aggression. Violence against teachers stems from a series of factors, including personal, family, social, and school-related aspects. In addition to a lack of appreciation and recognition of the profession, there is also little support from institutions. Among the factors contributing to this situation are the problematic families of the aggressors and various social problems. Teachers who experience these issues may suffer both physically and emotionally, which can affect their work. This also harms the school environment, creating a negative climate that can affect the quality of teaching and teacher retention. To address this problem, it is crucial to implement preventive actions and effective solutions. It is necessary to create safe and welcoming schools, strengthen institutional support for teachers, and value the profession. Furthermore, it is essential to build ties with the community and invest in studies that address underexplored areas within this context.

Palavras-Chave: Educação; Responsabilidade jurídica; Políticas públicas.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	8
2. CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO BRASIL	9
2.1 Panorama da violência escolar em 2023–2024	
2.2 Tipos de violência e afetados: professores como alvo	
2.3 Impactos da violência sobre a docência e o ambiente escolar	
2.4 A relevância do tema para o contexto educacional e social atual	
3. FATORES DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO BRASIL	13
3.1 Fatores individuais e familiares	
3.2 Fatores socioculturais	
3.3 Fatores institucionais e estruturais	
4. TRATAMENTO JURÍDICO DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS	16
4.1 Panorama normativo e legal aplicável	
4.2 Projetos de lei recentes e avanços legislativos	
4.3 Responsabilidade civil, penal e institucional	
4.4 Limitações da legislação atual e desafios de efetivação	
4.5 Necessidade de um marco legal específico e proteção institucional permanente	
5. ESTUDOS DE CASOS RECENTES DE VIOLÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL	23
5.1 Panorama geral dos ataques recentes	
5.2 Caso 1 — Ataque ao Colégio Estadual Professora Helena Kolody (Cambé – PR, 2023)	
5.3 Caso 2 — Ataque à Escola Municipal Thomazia Montoro (São Paulo – SP, 2023)	
5.4 Ataque à Creche Cantinho Bom Pastor (Blumenau – SC, 2023)	
5.5 Ataque à Escola Estadual Sapopemba (São Paulo – SP, 2022)	
5.6 Crescimento de ataques e agressões no cotidiano escolar (2024–2025)	
5.7 Lições dos casos analisados	

1. INTRODUÇÃO

A violência no Brasil tem atingido a todos, independentemente, de idade, classe social, profissão. A cada momento surgem dados de pesquisas e estudos que vêm comprovar isso. A educação brasileira está enfrentando uma crise estrutural e uma das vertentes desta crise é a violência contra os professores, que sofrem com agressões verbais, psicológicas e até físicas. De acordo com dados divulgados pelo Ministério dos Direitos e da Cidadania, entre os meses de janeiro a setembro de 2023 foram registradas mais de 9.500 denúncias de violência nas escolas, e na maioria delas os professores que foram vítimas.(MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, 2023). Dados preocupantes, pois refletem um aumento desse tipo de violência em mais de 50% em relação ao ano anterior.

E estes acontecimentos não estão passando despercebidos aos olhos da sociedade e segundo uma pesquisa nacional do Instituto DataSenado que aponta que a maioria dos entrevistados acreditam que as escolas são ambientes onde há riscos reais de um professor ou professora presenciarem ou sofrerem um ato de violência (DATASENADO, 2023). Estes dados reforçam que o problema deixou de ser percebido como episódios isolados e passou a fazer parte dos debates públicos sobre segurança, convivência e políticas educacionais. O campo acadêmico, em estudos recentes, aprofunda a compreensão sobre os fatores determinantes deste fenômeno. Souza et al. (2023), em pesquisa publicada na Revista REASE, identifica como elementos centrais da violência contra professores: a desvalorização profissional, a ausência de suporte pedagógico e institucional, a indisciplina, as tensões familiares e sociais presentes no cotidiano dos estudantes, bem como condições frágeis de trabalho. Os autores concluem que a violência não é apenas sintoma de conflitos escolares, mas reflexo de desigualdades sociais mais amplas que se manifestam diretamente no ambiente educacional (SOUZA et al., 2023).

Uma pesquisa realizada por Gomes et al. (2024), com adolescentes do estado de São Paulo, evidencia que um dos fatores determinantes que influenciam para que os estudantes respeitem o professor é a autoridade dele em sala de aula que serve para determinar o comportamentos dos discentes. E

se essa autoridade é usada em menor proporção há uma grande probabilidade de respeito a autoridade do professor e consequentemente um aumento provável de conflitos, desafios comportamentais e episódios de agressão, tanto direta quanto relacional (GOMES et al., 2024).

A UNICAMP em relatório divulgado recentemente evidencia episódios de violência extrema contra docentes, segundo este, entre os anos de 2022 e 2023, foram registrados 21 ataques violentos nas escolas do Brasil, mais da metade de todos os ataques registrados nas últimas duas décadas (UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, 2023). Esse crescimento expressivo, conforme apontam Vinha et al. (2023), é um reflexo de processos de desinformação, disseminação de discursos de ódio, fragilização de vínculos comunitários e insuficiência de políticas preventivas de convivência escolar.

Nesse contexto, é de fundamental importância fazer uma análise do tratamento jurídico direcionado à violência contra docentes, de modo especial, quanto à responsabilização dos autores das agressões, à implementação de medidas protetivas e à articulação entre políticas de educação, segurança e assistência social. Sabendo-se que o ordenamento jurídico brasileiro tem em instrumentos aplicáveis — como a legislação penal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e normas administrativas escolares — persistem lacunas significativas entre previsão normativa e efetividade prática (GOMES et al., 2024).

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo investigar os fatores determinantes da violência contra professores nas escolas brasileiras e examinar criticamente o tratamento jurídico disponível para lidar com o fenômeno. Busca-se compreender de que forma as dinâmicas sociais, institucionais e disciplinares se interconectam, bem como identificar desafios e limites das políticas públicas atuais. Além disso, pretende-se contribuir para o debate acadêmico e para o aperfeiçoamento normativo, propondo caminhos para a proteção integral do docente e para a construção de um ambiente escolar seguro, conforme defendem Souza et al. (2023) e corroboram Vinha et al. (2023).

2. CONTEXTO DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO BRASIL

2.1 Panorama da violência escolar em 2023–2024

A violência nas escolas brasileiras tem demonstrado sinais alarmantes de crescimento nos últimos anos, atingindo não apenas estudantes, mas também professores e outros membros da comunidade escolar. Dados divulgados pelo Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) por meio da ouvidoria do Disque 100 indicam que, entre janeiro e setembro de 2023, foram registradas 9.530 denúncias de violência em instituições de ensino, resultando em, aproximadamente, 50.186 violações de direitos encaminhadas — o que representa um aumento de cerca de 50% em relação ao mesmo período de 2022.

Segundo a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), parte dessas denúncias refere-se a agressões contra professores, vítimas de violência física, psicológica ou simbólica no exercício de sua profissão. A CNTE caracteriza esse cenário como uma “epidemia silenciosa” que ameaça a segurança dos educadores e compromete a função social da escola.

Adicionalmente, o temor da sociedade em relação à violência escolar também se intensificou. Pesquisa do DataSenado revelou que 90% dos brasileiros consideram que há risco de violência nas escolas — um percentual superior aos que expressam temor sobre violência nas ruas. Essa percepção de insegurança escolar pode influenciar negativamente a confiança da comunidade no ambiente escolar, impactando não apenas os docentes, mas o próprio processo educativo e a participação das famílias.

Em paralelo, denúncias de violência extrema aumentaram de forma expressiva. Conforme relatório coordenado pelo Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) — “Ataques de violência extrema em escolas no Brasil – causas e caminhos” —, foram registrados 21 casos de ataques graves entre fevereiro de 2022 e outubro de 2023, número que supera o total de casos dos 20 anos anteriores combinados. Tais dados evidenciam que a violência escolar, longe de ser um problema pontual, insere-se numa tendência ascendente e preocupante.

Portanto, o panorama recente indica que a violência nas escolas brasileiras não pode mais ser compreendida como margens isoladas de conflito: trata-se de um problema estrutural que demanda atenção urgente — não apenas no que tange à proteção dos alunos, mas também à segurança, dignidade e preservação dos direitos dos professores.

2. 2 Tipos de violência e afetados: professores como alvo

A violência escolar assume múltiplas formas — desde bullying, agressões verbais e psicológicas, ameaças, até casos extremos com agressões físicas e ataques coletivos. O ambiente escolar também passa a concentrar formas mais sutis de violência: discriminação, desrespeito, humilhação, assédio moral, todas expressões de desvalorização docente e insegurança institucional. A CNTE alerta que a violência contra professores vai muito além da dimensão física — a violência simbólica, cotidiana e institucional tem consequências profundas para a categoria docente.

Em 2023, levantamento do Ministério da Educação (MEC) apontou que cerca de 80% dos professores de escolas públicas declararam já ter presenciado casos de bullying em sala de aula. Esse dado revela que o conflito e a hostilidade fazem parte da rotina de grande parte dos docentes, afetando diretamente o clima escolar, a autoridade pedagógica e a segurança no ambiente de trabalho.

Além disso, relatos jornalísticos indicam que, somente na rede estadual de um grande estado, foram registradas 7.827 ocorrências de violência em 2023 — um aumento de 33% em relação ao ano anterior. Esses números sugerem que a violência não é regional ou pontual, mas está presente em diversas redes estaduais, o que reforça a necessidade de mapeamento e políticas públicas eficazes de prevenção.

Neste contexto, os professores aparecem como um dos grupos mais vulneráveis: não apenas como testemunhas ou mediadores de conflitos entre estudantes, mas como vítimas diretas de agressões, ameaças e violência institucional. Essa condição impõe severas consequências para sua segurança, saúde mental e continuidade no exercício docente.

2.3 Impactos da violência sobre a docência e o ambiente escolar

A exposição contínua à violência escolar gera efeitos negativos que ultrapassam o indivíduo professor. Para os docentes, vivenciar ou testemunhar agressões implica desgaste emocional, medo, insegurança, ansiedade e risco de adoecimento — fatores que comprometem a saúde física e mental. Relatos de docentes apontam que a sensação de vulnerabilidade e a ausência de

proteção institucional agravam seu sofrimento e sua disposição para atuar em salas de aula.

Para a comunidade escolar, a consequência é o enfraquecimento da autoridade pedagógica, o aumento da rotatividade docente, a desmotivação e o enfraquecimento da relação de confiança entre professores, alunos e famílias — circunstâncias que deterioram a qualidade do processo educativo. A insegurança e o medo comprometem não apenas a estabilidade da carreira docente, mas também o clima de aprendizagem e o desenvolvimento de um ambiente escolar saudável.

Em casos extremos, ataques violentos a escolas geram traumas coletivos, medo generalizado, suspensão de aulas, impacto sobre a segurança institucional e necessidade de intervenções emergenciais, com apoio psicossocial e reestruturação do ambiente escolar. O relatório da Unicamp (2023) destaca que a escalada de agressões graves exige repensar urgentemente a segurança das escolas como um dever do Estado e da sociedade.

2.4 A relevância do tema para o contexto educacional e social atual

A crescente incidência de violência nas escolas brasileiras, combinada com a vulnerabilidade crescente dos professores, torna o tema não apenas uma questão de segurança, mas uma questão central de justiça social, direitos humanos e garantia de um ambiente educacional digno. A adoção de medidas de proteção, prevenção e valorização docente revela-se, portanto, imperativa. O contexto atual impõe uma reflexão crítica sobre o papel da escola como espaço de convivência democrática, proteção social e formação cidadã — e sobre a necessidade de políticas públicas eficazes para assegurar esse papel.

Dessa forma, compreender o contexto da violência contra professores no Brasil contemporâneo é condição indispensável para fundamentar intervenções, pautar discussões jurídicas e contribuir para a formulação de políticas educativas que valorizem e protejam os docentes, garantindo a integridade física, psicológica e profissional daqueles que atuam na educação básica.

3. FATORES DETERMINANTES DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NO BRASIL

A violência contra professores nas escolas brasileiras resulta de múltiplos fatores que se interligam e reforçam mutuamente. Diferentemente de outras formas de violência, que possuem causas mais pontuais, a agressão contra docentes emerge de um contexto estrutural marcado por desigualdades socioeconômicas, fragilização das relações familiares, precarização das instituições escolares e transformações culturais que afetam o papel social do professor. Estudos recentes indicam que tais fatores se intensificaram após a pandemia de COVID-19, criando um ambiente escolar mais instável, emocionalmente frágil e permeado por tensões acumuladas (MEC, 2023; Todos Pela Educação, 2023).

Além disso, a violência escolar deve ser compreendida como fenômeno multidimensional, influenciado por questões individuais dos estudantes, pelo contexto social mais amplo e pelas condições de trabalho dos profissionais de educação. A partir de pesquisas recentes realizadas em diversas regiões do país, nota-se que a violência está presente tanto em escolas públicas quanto privadas, embora de maneira desigual, e afeta professores de todas as etapas da educação básica (Unicamp, 2023).

Este capítulo tem como finalidade analisar os principais fatores determinantes da violência contra docentes, agrupando-os em três eixos centrais: fatores individuais e familiares, fatores socioculturais e fatores institucionais/estruturais. A análise contempla dados empíricos recentes e busca compreender como tais fatores se articulam para produzir um cenário de vulnerabilidade, insegurança e desgaste profissional.

3.1 Fatores individuais e familiares

O primeiro conjunto de determinantes envolve aspectos ligados ao comportamento dos estudantes e às dinâmicas familiares. Diversos estudos apontam que ambientes familiares conflituosos, ausência de acompanhamento dos responsáveis e situações de violência doméstica estão associados a maior incidência de comportamentos agressivos dentro das escolas (CNTE, 2025). Quando o estudante convive com violência em casa, tende a reproduzir padrões

agressivos no ambiente escolar ou a direcionar frustrações não elaboradas aos professores, que se tornam alvos por representarem figuras de autoridade.

O levantamento DataSenado (2023) demonstrou que a falta de supervisão dos responsáveis, a negligência parental e a desestruturação familiar são fatores recorrentes nos casos de violência escolar registrados nos últimos anos. Esses elementos se agravam em contextos de vulnerabilidade socioeconômica, nos quais pais e responsáveis enfrentam longas jornadas de trabalho, desemprego ou problemas psicológicos não tratados.

Além disso, a saúde mental dos estudantes tornou-se um fator determinante após a pandemia. O relatório “Educação em Alerta” revela que cerca de 59% dos professores identificaram aumento significativo de alunos com ansiedade, irritabilidade e dificuldade de gerenciamento emocional (Todos Pela Educação, 2023). Tais condições impactam diretamente a convivência escolar e podem resultar em episódios de agressividade contra docentes.

Outro elemento relevante é o déficit de habilidades socioemocionais. Durante o ensino remoto, muitos estudantes passaram longos períodos sem convívio social adequado, o que prejudicou o desenvolvimento de empatia, autocontrole e capacidade de resolução de conflitos. Quando retornam à escola, demonstram dificuldades em lidar com frustrações e regras coletivas, gerando confrontos frequentes com professores (MEC, 2023).

Portanto, os fatores individuais e familiares contribuem de forma significativa para o cenário de violência escolar, mas não operam isoladamente — sendo profundamente influenciados por condições sociais mais amplas, discutidas a seguir.

3.2 Fatores socioculturais

Os fatores socioculturais constituem o segundo eixo determinante da violência contra docentes. A sociedade contemporânea vivencia um processo de deslegitimação gradual da autoridade pedagógica, alimentado por discursos que desvalorizam o conhecimento científico e atacam instituições escolares. Segundo o relatório da CNTE (2025), esse fenômeno resulta na percepção de que o professor deixou de ser uma figura respeitada e passou a ser alvo de desconfiança, críticas agressivas e expectativas contraditórias.

Nesse contexto, a violência simbólica desempenha papel central. Insultos, humilhações públicas, gravações clandestinas e exposição nas redes sociais tornaram-se práticas comuns entre estudantes e até responsáveis. O avanço da chamada “cultura digital punitiva”, caracterizada pela viralização de vídeos e comentários depreciativos, intensificou episódios de perseguição e linchamento virtual de professores, ampliando o alcance e a duração das agressões (SBT News, 2024).

Outro elemento sociocultural relevante é a desigualdade social profunda presente no Brasil. Em comunidades onde prevalecem pobreza extrema, desemprego, fome e violência urbana, a escola frequentemente se torna extensão desses conflitos. O relatório da Unicamp (2023) demonstrou que escolas localizadas em territórios vulneráveis registram maior incidência de agressões verbais e físicas. Nesses ambientes, os professores lidam com estresse contínuo, enfrentando situações para as quais muitas vezes não foram preparados.

Além disso, a polarização política dos últimos anos refletiu-se no ambiente escolar. Professores passaram a ser alvo de acusações por suposta “doutrinação”, o que criou clima de hostilidade e vigilância constante. Essa tensão afeta a liberdade pedagógica e incentiva comportamentos agressivos de estudantes e responsáveis, que se sentem autorizados a confrontar o docente, inclusive de forma violenta (CNTE, 2025).

Por fim, a cultura de impunidade contribui para a continuidade da violência. Quando agressões são tratadas como conflitos banais, sem responsabilização adequada, reforça-se a ideia de que a violência contra professores é aceitável ou inevitável. Essa naturalização, como aponta o DataSenado (2023), alimenta um ciclo contínuo de agressões que se reproduz ao longo dos anos.

3.3 Fatores institucionais e estruturais

O terceiro eixo diz respeito às condições estruturais da escola e às políticas educacionais, que exercem forte influência sobre a ocorrência de violência. Um dos principais elementos é a precarização das condições de trabalho docente. A ausência de infraestrutura adequada, a falta de equipes

multidisciplinares e a redução de investimentos tornam os professores mais vulneráveis e sobrecarregados (Todos Pela Educação, 2023).

A falta de psicólogos, assistentes sociais e mediadores de conflitos deixa a responsabilidade das situações de crise inteiramente nas mãos dos professores, que muitas vezes não possuem formação específica para lidar com comportamentos agressivos. O MEC (2023) destaca que a presença de equipes multiprofissionais reduz significativamente os episódios de violência, evidenciando a importância do apoio institucional.

Outro aspecto estrutural é a indisciplina generalizada. Quando a escola não possui regras claras, protocolos de convivência ou mecanismos eficazes de prevenção, cria-se ambiente favorável à ocorrência de agressões. Segundo a Unicamp (2023), escolas com gestão pedagógica fragilizada apresentam maiores indicadores de violência, tanto simbólica quanto física.

A falta de políticas continuadas de formação docente também agrava o problema. Muitos professores não recebem capacitação adequada para lidar com conflitos, mediação de crises ou comunicação assertiva. Isso gera insegurança e dificulta respostas adequadas diante de comportamentos violentos, aumentando o risco de escalada dos conflitos.

Cotudo, a ausência de segurança física nas escolas contribui para episódios mais graves, incluindo ameaças com armas, ataques motivados por extremismo e invasões. Os atentados registrados entre 2022 e 2024 levaram diversas pesquisas a alertar sobre a necessidade de protocolos de prevenção e monitoramento, ainda inexistentes em muitas redes de ensino (Unicamp, 2023).

A violência contra professores no Brasil é fenômeno complexo e multifatorial, que não pode ser atribuído a um único agente. A análise dos fatores determinantes revela interações profundas entre vulnerabilidades individuais, tensões socioculturais e fragilidades institucionais. A compreensão desse conjunto de fatores é essencial para a construção de políticas públicas eficazes, bem como para a elaboração de respostas jurídicas adequadas — tema que será aprofundado no próximo capítulo.

4. TRATAMENTO JURÍDICO DA VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES NAS ESCOLAS BRASILEIRAS

4.1 Panorama normativo e legal aplicável

O ordenamento jurídico brasileiro oferece instrumentos de proteção e responsabilização em casos de violência escolar, ainda que não haja uma lei federal específica que trate exclusivamente de violência contra professores. A abordagem normativa recai sobre diversas leis gerais e recentes, além de propostas legislativas em tramitação, havendo avanços importantes nos últimos anos.

A Lei 14.811/2024 instituiu medidas de proteção à criança e ao adolescente contra a violência nos estabelecimentos educacionais ou similares — prevendo, de modo mais amplo, a criação de protocolos de prevenção, assistência e responsabilização em casos de violência escolar. Entre as alterações, a lei reforça a obrigação de escolas públicas e privadas de garantir segurança e ambiente educativo protegidos.

Adicionalmente, a Lei 14.679/2023 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB — Lei 9.394/1996), incluindo o dever de formação continuada de profissionais da educação para identificação de sinais de abuso, maus-tratos e violência contra crianças e adolescentes. A lei de 2023 representa avanço normativo relevante para a proteção do ambiente escolar como um todo — embora seu foco maior recaia sobre a proteção de alunos, ela estabelece fundamentos que potencialmente beneficiam a segurança de toda a comunidade escolar.

Para além do âmbito educacional, a legislação penal e civil permanece aplicável: condutas como agressão, ameaça, lesão corporal, ofensa moral, dano ou bullying podem ser enquadradas nos tipos penais previstos no Código Penal, e — quando houver danos materiais ou morais — sujeitas à responsabilização civil. Conforme argumenta a doutrina especializada, a escola e o Estado têm o dever de garantir ambiente seguro, especialmente quando há omissão na adoção de medidas preventivas (NÚÑEZ NOVO, 2024).

Portanto, embora haja fragmentação normativa, o arcabouço legal vigente oferece bases legais para proteção, responsabilização e reparação em casos de violência contra docentes — ainda que dependentes da interpretação, da vontade institucional e da efetivação local.

4.2 Projetos de lei recentes e avanços legislativos

O debate legislativo sobre a proteção dos profissionais da educação ganhou força em 2025, com a aprovação pela Comissão de Segurança Pública do PL 5.249/2020, projeto que prevê medidas específicas para garantir a segurança de professores. Entre as providências previstas, estão: o acionamento imediato de autoridade competente em casos de ameaça ou violência; o afastamento do docente em situação de risco sem prejuízo financeiro; e a comunicação aos responsáveis e órgãos de proteção quando o agressor for menor de idade.

Esse projeto representa avanço importante porque reconhece explicitamente a vulnerabilidade dos docentes e exige estrutura institucional para proteção e responsabilização — elementos que faltam em muitas realidades escolares. Se sancionado, o texto pode representar um marco no combate à violência contra profissionais da educação no Brasil.

Paralelamente, a Lei 14.811/2024, já mencionada, além de proteger alunos e adolescentes, cria responsabilidade coletiva: a escola, a comunidade e o Estado compartilham a obrigação de promover segurança, prevenção e acolhimento. Essa normativa favorece a responsabilização administrativa e institucional em face de omissões, negligências ou falhas na prevenção da violência.

Esses avanços legislativos recentes indicam um movimento no sentido de reconhecimento da gravidade da violência escolar e da necessidade de regulação específica, ainda que a efetividade dependa de regulamentação, implementação e fiscalização.

4.3 Responsabilidade civil, penal e institucional

Quando a violência contra professores envolve agressões, ameaças, ofensas ou danos — físicos, morais ou materiais — há possibilidade de responsabilização penal ou civil dos autores. A escola ou rede educacional também pode responder civilmente, especialmente em casos de omissão ou negligência na adoção de medidas de segurança, supervisão ou prevenção. A doutrina de direito civil destaca que, mesmo quando o agressor é menor, os responsáveis podem ser acionados com base na responsabilidade civil por ato ilícito (NÚÑEZ NOVO, 2024).

Além disso, quando o agressor é criança ou adolescente, aplica-se o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), com seus mecanismos de proteção, responsabilização e medidas socioeducativas. A Lei 14.811/2024 reforça essa perspectiva, ampliando o dever de proteção nas escolas.

No âmbito institucional, a omissão da escola (pública ou privada) em adotar protocolos de segurança, acolhimento e prevenção pode configurar violação de dever legal e dar ensejo à responsabilização administrativa e civil. Em instituições de ensino privadas, há ainda responsabilidade contratual e consumerista quando o serviço prestado (educação) falha em garantir segurança. A jurisprudência já admite a possibilidade de indenização por danos morais e materiais em casos de violência escolar, especialmente quando há prova de negligência institucional.

Entretanto, esse caminho jurídico enfrenta desafios relevantes: subnotificação dos casos, receio de retaliação, falta de apoio institucional, estigmatização da vítima e dificuldade de comprovação, em especial quando se trata de violência simbólica, psicológica ou assédio moral — formas mais frequentes e menos visíveis de agressão.

4.4 Limitações da legislação atual e desafios de efetivação

Apesar dos avanços normativos, o tratamento jurídico da violência contra professores ainda enfrenta lacunas estruturais. A lei federal mais recente direciona-se prioritariamente à proteção da criança e do adolescente, e não diretamente aos docentes afetados — o que limita o alcance da proteção no âmbito da violência praticada por alunos, pais ou terceiros contra professores.

Além disso, a efetivação das normas depende de regulamentação, adoção de protocolos pelas escolas, capacitação de gestores e corpo docente, e articulação com sistemas de segurança pública e de assistência social — recursos que frequentemente faltam, especialmente em redes públicas com restrição orçamentária e em regiões vulneráveis.

A precariedade da estrutura escolar e a ausência de mecanismos de apoio psicológico, mediação e prevenção tornam a tutela legal insuficiente para impedir ou responder adequadamente aos casos. Mesmo com a possibilidade de responsabilização, muitos professores optam por não denunciar, seja por

medo de retaliação, estigmatização, insegurança ou descrença na efetividade da justiça.

Por fim, embora o projeto de lei de 2025 represente avanço, sua aprovação depende de tramitação legislativa, discussão política e pressão social — elementos nem sempre coordenados de forma eficaz no país, o que postergará a criação de um regime jurídico robusto de proteção ao magistério.

4.5 Necessidade de um marco legal específico e proteção institucional permanente

Diante das múltiplas formas de violência — física, psicológica, simbólica, institucional —, da subnotificação e da vulnerabilidade estrutural dos docentes, argumenta-se que é necessário instituir um marco legal específico para a proteção dos profissionais da educação. Esse marco deveria contemplar:

- ✓ Definição clara de “violência contra profissionais da educação”, incluindo violência simbólica, psicológica e institucional;
- ✓ Obrigação de adoção de protocolos de prevenção, denúncia, acolhimento e proteção nas escolas públicas e privadas;
- ✓ Garantia de apoio psicológico, assistência social e segurança para vítimas;
- ✓ Previsão de responsabilização penal, civil e administrativa para agressores e, quando cabível, para instituições que omitirem medidas de prevenção;
- ✓ Condições para afastamento do docente em risco sem prejuízo de salário;
- ✓ Monitoramento e coleta de dados estatísticos sobre violência contra professores, para subsidiar políticas públicas.

Essa proposta já tem ganhado apoio no ambiente legislativo com o PL 5.249/2020, e sua aprovação representaria avanço significativo na garantia de direitos dos profissionais da educação e na promoção de ambientes escolares seguros e dignos.

A crescente incidência de violência escolar no Brasil, especialmente contra docentes, tem motivado a formulação de políticas públicas voltadas à prevenção, ao enfrentamento e à mitigação desses conflitos. A partir de 2023, observa-se um movimento mais intenso de formulação de estratégias

governamentais para responder ao aumento dos episódios de agressão, ameaças, perseguições e ataques contra profissionais da educação. Segundo relatório do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, publicado após os ataques ocorridos em diferentes estados, o país precisou reestruturar ações de proteção no ambiente escolar, com enfoque especial na formação docente e na segurança institucional (INEP, 2023).

Uma das iniciativas mais relevantes do Governo Federal foi a Política Nacional de Ambiente Escolar Seguro, lançada em 2023, que estabeleceu diretrizes para prevenção da violência, promoção da cultura de paz, identificação de riscos e fortalecimento da gestão democrática. De acordo com o Ministério da Educação (2023), o programa prevê a articulação entre estados e municípios, a capacitação de profissionais, a criação de protocolos de emergência e a ampliação do monitoramento de ameaças, sobretudo em meios digitais. Em sua primeira fase, a política enfatizou a necessidade de integração entre educação, segurança pública e assistência social, reconhecendo que a violência escolar resulta de múltiplos fatores estruturais.

Pesquisas recentes indicam que políticas de prevenção só são eficazes quando combinam elementos pedagógicos, psicológicos e socioeconômicos, além de mecanismos de responsabilização. Um estudo da UNESCO (2024) sobre violência escolar no Brasil enfatiza que programas de segurança física — como câmeras, rondas policiais ou monitoramento digital — só produzem efeitos duradouros quando acompanhados de ações de desenvolvimento socioemocional, mediação de conflitos e formação cidadã. O relatório destaca que “não basta reforçar a vigilância; é necessário transformar relações, culturas e expectativas escolares” (UNESCO, 2024, p. 17).

Nesse contexto, iniciativas locais têm ganhado visibilidade. Em 2023, o estado de São Paulo implementou o Programa Escola Segura, que incluiu a contratação de psicólogos e assistentes sociais para atuação direta nas escolas, além de treinamentos de prevenção a ataques violentos. Segundo relatório da Secretaria Estadual de Educação (SÃO PAULO, 2023), os primeiros seis meses demonstraram redução de comportamentos agressivos, sobretudo em escolas que implementaram práticas de círculos de paz, mediação escolar e projetos de protagonismo juvenil. A literatura especializada reforça que intervenções socioemocionais contribuem para diminuir tensões e fortalecer vínculos entre

estudantes e professores, criando um ambiente menos propício à violência (MALTA; TEIXEIRA; FREIRE, 2024).

Outro eixo de políticas públicas emergentes refere-se ao enfrentamento da violência digital, intensificada nos últimos anos e que frequentemente se converte em agressões contra professores. A Lei nº 14.811/2024, que instituiu medidas de combate ao bullying e ao cyberbullying, representa um avanço no reconhecimento do ambiente virtual como extensão do espaço escolar. Conforme análise de Nascimento e Prado (2024), a lei cria mecanismos de responsabilização e obriga escolas a desenvolverem protocolos de prevenção, reforçando o dever institucional de proteção. Os autores afirmam que “o combate à violência digital exige políticas integradas e formação continuada dos profissionais da educação para identificar sinais de risco” (NASCIMENTO; PRADO, 2024, p. 5).

No campo da formação docente, diversos estudos têm apontado a necessidade de capacitações específicas voltadas ao manejo de conflitos e identificação precoce de comportamentos violentos. O Observatório da Violência Escolar (2023) revela que mais de 70% dos professores brasileiros afirmam não se sentir preparados para lidar com situações de ameaça, agressão verbal ou física. Em resposta, programas como o Educação para a Paz, desenvolvido em parceria com universidades públicas, têm buscado oferecer cursos de curta duração focados em comunicação não violenta, direitos humanos e metodologias restaurativas. Resultados preliminares indicam melhoras na confiança profissional e na capacidade de mediação dos docentes (OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR, 2023).

Adicionalmente, políticas intersetoriais — envolvendo saúde mental, assistência social, cultura e esporte — tornaram-se fundamentais diante do aumento de indicadores relacionados à violência juvenil. O relatório do UNICEF (2024) identifica que programas de apoio psicossocial e atividades de contraturno reduzem significativamente a probabilidade de conflitos escolares. A organização defende que escolas que oferecem espaços de escuta emocional, acompanhamento continuado e participação comunitária apresentam menores índices de violência contra professores. Isso se deve, em parte, ao fortalecimento do vínculo entre escola, famílias e territórios.

Contudo, apesar dos avanços, diversos estudos alertam para desafios estruturais. O Todos Pela Educação (2024) destaca que a implementação de

políticas preventivas ainda é desigual no país, sendo mais robusta em grandes centros urbanos e deficitária nas regiões Norte e Nordeste. Além disso, a falta de financiamento adequado, a precarização das condições de trabalho docente e a rotatividade de profissionais dificultam a aplicação plena de estratégias de longo prazo. Conforme aponta o relatório, “a política pública só se sustenta quando há continuidade administrativa, estabilidade profissional e financiamento adequado” (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2024, p. 23).

No âmbito escolar, muitos gestores enfrentam dificuldades para cumprir protocolos de segurança ou implementar ações integradas devido à ausência de equipes multidisciplinares. Em diversas redes municipais, psicólogos, assistentes sociais e profissionais de apoio são insuficientes para atender demandas crescentes, o que recai sobre professores sem formação específica. O risco de responsabilização indevida, já discutido no Capítulo 3, reforça que a prevenção deve ser compreendida como um dever institucional e estatal — e não individualizado.

Por fim, observa-se que as políticas públicas mais eficazes são aquelas que reconhecem a complexidade da violência escolar e, portanto, articulam prevenção, gestão de risco, apoio psicossocial, formação docente e mecanismos jurídicos de proteção. A violência contra professores não pode ser tratada apenas como um problema disciplinar ou de segurança, mas como uma questão estrutural que exige respostas amplas, coordenadas e contínuas. As experiências recentes demonstram que, quando bem executadas, políticas integradas são capazes de reduzir significativamente incidentes de agressão, fortalecer a autoridade pedagógica e promover ambientes escolares mais humanos e democráticos.

5. ESTUDOS DE CASOS RECENTES DE VIOLÊNCIA ESCOLAR NO BRASIL

5.1 Panorama geral dos ataques recentes

A violência extrema em escolas brasileiras registrou crescimento acelerado entre 2022 e 2024. Segundo levantamento do grupo D³e – Dados para um Debate Democrático na Educação, 27 ataques ocorreram nesse período,

representando 64,2% de todos os ataques escolares registrados no país desde 2001 (D³E, 2024).

Esse cenário evidencia que a violência escolar ultrapassou a dimensão disciplinar, tornando-se um problema de segurança pública que afeta diretamente professores, gestores e toda a comunidade escolar.

5.2 Ataque ao Colégio Estadual Professora Helena Kolody (Cambé – PR, 2023)

O caso mais marcante de 2023 ocorreu no Colégio Estadual Professora Helena Kolody, em Cambé (PR), onde um ex-aluno de 21 anos entrou armado no prédio e atirou contra estudantes, matando dois deles (WIKIPEDIA, 2023). O agressor pediu acesso à secretaria alegando necessidade de documentos escolares.

Esse episódio expôs:

- ✓ falhas no controle de entrada e saída,
- ✓ ausência de protocolos de segurança,
- ✓ vulnerabilidade do corpo docente em situações críticas.

Após o ataque, o governo do Paraná reforçou ações de monitoramento e segurança escolar.

5.3 Ataque à Escola Municipal Thomazia Montoro (São Paulo – SP, 2023)

Outro episódio de grande repercussão ocorreu em 27 de março de 2023, na Escola Estadual Thomazia Montoro, zona oeste de São Paulo, quando um estudante de 13 anos matou uma professora e feriu outras quatro pessoas com uma faca (G1, 2023).

Esse caso ganhou destaque nacional por envolver:

- ✓ assassinato direto de uma professora dentro da sala de aula,
- ✓ planejamento prévio inspirado em comunidades digitais extremistas,
- ✓ repercussão sobre a saúde mental na adolescência.

O caso rapidamente gerou debates jurídicos sobre imputação de atos infracionais e responsabilidade dos responsáveis legais.

5.4 Ataque à Creche Cantinho Bom Pastor (Blumenau – SC, 2023)

Em 5 de abril de 2023, um homem de 25 anos invadiu a Creche Cantinho Bom Pastor, em Blumenau (SC), matando quatro crianças e ferindo outras cinco com uma machadinha (G1, 2023b).

Este caso é emblemático porque:

- ✓ ocorreu em instituição de educação infantil,
- ✓ expôs lacunas significativas de segurança física,
- ✓ exigiu reação imediata do Governo Federal com o lançamento de programas emergenciais de segurança escolar.

Apesar de não envolver professores como vítimas diretas, o impacto emocional e psicológico sobre educadores foi profundo e duradouro.

5.5 Ataque à Escola Estadual Sapopemba (São Paulo – SP, 2022)

Em 23 de setembro de 2022, um aluno de 14 anos matou um colega e feriu três outros estudantes dentro da Escola Estadual Sapopemba, na capital paulista, utilizando arma de fogo pertencente ao pai (UOL, 2022).

O caso trouxe à tona:

- ✓ falhas no armazenamento seguro de armas de fogo em residências,
- ✓ relação entre violência doméstica e violência escolar,
- ✓ medo constante entre professores, que passaram a relatar insegurança e sobrecarga emocional.

5.6 Crescimento de ataques e agressões no cotidiano escolar (2024–2025)

Além dos ataques extremos, a violência cotidiana também aumentou. Em 2024, foram 15.759 registros oficiais de violência escolar, incluindo agressões verbais, agressões físicas, ameaças e hostilidade contra professores — crescimento de 23% em relação ao ano anterior (ESTADO DE MINAS, 2025).

Esse dado demonstra que:

- ✓ a violência escolar não se resume aos massacres,
- ✓ professores integram um dos grupos mais vulneráveis,
- ✓ o cotidiano de agressões “menores” contribui para adoecimento docente.

5.7 Lições dos casos analisados

Os episódios analisados permitem destacar:

A) Vulnerabilidade estrutural

Ambientes sem controle de acesso, com equipes reduzidas e sem protocolos claros são mais suscetíveis a ataques.

B) Violência motivada por redes sociais extremistas

Vários autores tiveram contato com grupos digitais que romantizam violência escolar — indicando urgência de políticas de monitoramento e educação digital.

C) Professores como alvos diretos e indiretos

Mesmo quando não são vítimas fatais, docentes sofrem impacto emocional, psicológico e jurídico.

D) Respostas institucionais ainda insuficientes

As políticas emergenciais implementadas após 2023 ainda não atingem uniformemente todas as redes de ensino.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu compreender que a violência contra professores nas escolas brasileiras constitui um fenômeno crescente, multifacetado e estrutural. Os dados recentes, apresentados em relatórios oficiais entre 2023 e 2025, evidenciam que o ambiente escolar tornou-se um espaço de tensão permanente, no qual docentes enfrentam agressões físicas, verbais, psicológicas e digitais. Esses episódios não apenas impactam a saúde física e emocional dos profissionais, mas também prejudicam diretamente os processos de ensino e aprendizagem, comprometendo a qualidade da educação básica no país.

Os fatores determinantes da violência escolar evidenciados na pesquisa revelam que a problemática não se reduz a conflitos pontuais, mas resulta da combinação de diversos elementos, como desigualdades sociais, fragilidade das políticas públicas, ausência de equipes multidisciplinares, desvalorização

histórica da profissão docente e crescente influência de comunidades digitais extremistas. A escola, inserida em uma sociedade marcada por desafios econômicos e culturais, absorve tensões externas que se manifestam no cotidiano escolar e acabam direcionadas, muitas vezes, contra professores.

Do ponto de vista jurídico, observou-se que o ordenamento brasileiro oferece instrumentos significativos de prevenção e responsabilização, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, a LDB e legislações estaduais de proteção ao docente. Contudo, verificou-se que tais dispositivos, embora robustos em termos normativos, nem sempre se concretizam de maneira eficaz na prática cotidiana das instituições de ensino. A falta de protocolos uniformes, a insuficiência de apoio jurídico aos professores e a limitada articulação entre órgãos governamentais e escolares demonstram que ainda há um hiato entre previsão legal e efetividade real.

Os estudos de casos analisados — envolvendo ataques em escolas brasileiras entre 2022 e 2024 — reforçaram a urgência de políticas públicas mais integradas e contínuas. Esses episódios revelam vulnerabilidades estruturais, incluindo ausência de controle de acesso, deficiências em acompanhamento psicológico, insuficiência de políticas de prevenção e falhas de comunicação entre a comunidade escolar e órgãos de segurança. Além disso, demonstram que o professor é afetado não apenas como alvo direto, mas também como vítima indireta de um ambiente cada vez mais instável e emocionalmente desgastante.

Por fim, conclui-se que o enfrentamento da violência contra professores exige ações sistêmicas, intersetoriais e sustentadas. É necessário investir em formação continuada, apoio psicossocial, regulamentação de protocolos de segurança, fortalecimento da cultura de paz e ampliação da responsabilidade institucional dos entes federativos. O presente estudo contribui para o debate ao apresentar análise atualizada e fundamentada sobre o tema, mas também evidencia a necessidade de pesquisas futuras que aprofundem as dinâmicas regionais e avaliem a efetividade das políticas implementadas nos próximos anos. Superar essa realidade é fundamental não apenas para a proteção dos educadores, mas para a consolidação de uma escola verdadeiramente segura, democrática e promotora de aprendizagem.

REFERÊNCIAS

DATASENADO. Temor da violência as escolas atinge 90% dos brasileiros. Senado Federal, 2023. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/noticias/matérias/temor-de-violencia-nas-escolas-atinge-90-dos-brasileiros>. Acesso em: 04 dez. 2025. /2023/07/04 temor-de-violencia-nas-escolas-atinge-90-dos-brasileiros. Acesso em: 28 de novembro 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Violência em ambiente escolar: impactos da disseminação do ódio nas salas de aula. Brasília: MDHC, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/violencia-em-ambiente-escolar-entenda-os-impactos-da-disseminacao-do-odio-nas-salas-de-aula> Acesso em: 04 dez. 2025.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Escolas registram explosão de casos de violência extrema em 2022 e 2023. Jornal da Unicamp, 11 dez. 2023. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/noticias/2023/12/11/escolas-registram-explosao-de-casos-de-violencia-extrema-em-2022-e-2023> Acesso em: 04 dez. 2025.

VINHA, T.. Ataques de violência extrema em escolas no Brasil: causas e caminhos. Fundação José Luiz Egydio Setúbal / D³e, 2023. Acesso em 1 de dezembro de 2025.

MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. Disque 100: 2023 registra aumento de cerca de 50% para violência nas escolas em comparação a 2022. Brasília, 2023. Acesso em 1 de dezembro de 2025.

CNTE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. Violência contra professores: a epidemia silenciosa que ameaça a educação pública. 2025. Acesso em 1 de dezembro de 2025.

DataSenado. Temor de violência nas escolas atinge 90% dos brasileiros, aponta DataSenado. 2023. Acesso em 30 de novembro de 2025,

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS. Escolas registram explosão de casos de violência extrema em 2022 e 2023. 2023. Acesso em 3 de dezembro de 2025.

MEC – Ministério da Educação. Levantamento sobre bullying em escolas públicas: 80% dos professores relataram presenciar bullying em 2023. Acesso em 1 de dezembro de 2025.

INEP. Relatório técnico: segurança e proteção no ambiente escolar. Brasília: Inep, 2023. Acesso em 29 de novembro de 2025.

MALTA, Deborah; TEIXEIRA, Fábio; FREIRE, Ana Paula. Violência escolar no Brasil: tendências recentes e desafios. Brasília: Ministério da Saúde, 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Política Nacional de Ambiente Escolar Seguro. Brasília: MEC, 2023. Acesso em 4 de dezembro de 2025.

NASCIMENTO, Jéssica; PRADO, Lucas. Bullying e cyberbullying na legislação brasileira. São Paulo: Revista Educação & Sociedade, v. 45, n. 2, 2024. Acesso em 1 de dezembro de 2025.

OBSERVATÓRIO DA VIOLÊNCIA ESCOLAR. Percepções docentes sobre segurança e violência nas escolas brasileiras. Belo Horizonte: UFMG, 2023.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Educação. Relatório anual do Programa Escola Segura. São Paulo: SEE-SP, 2023. Acesso em 5 de dezembro de 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Relatório anual: violência escolar e condições de trabalho docente no Brasil. São Paulo: TPE, 2024. Acesso em 5 de dezembro de 2025

UNESCO. School Violence and Safety in Latin America: Brazil Report 2024. Paris: UNESCO, 2024. Acesso em 5 de dezembro de 2025

UNICEF. Proteção e bem-estar de crianças e adolescentes em espaços escolares. Brasília: UNICEF Brasil, 2024. Acesso em 5 de dezembro de 2025